LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – PANORAMA GERAL DOS PROCESSOS LEVADOS À SECEX CONSENSO ATÉ 24 NOV. 2025 138

GRÁFICO 2 – RESULTADO FINAL DOS PROCESSOS LEVADOS À SECEX CONSENSO 139

GRÁFICO 3 – PROCESSOS LEVADOS À SECEX CONSENSO DIVIDIDOS POR ÁREA DE INTERESSE 137

GRÁFICO 4 – DISCUSSÕES PRÉVIAS NOS PROCESSOS LEVADOS À SECEX CONSENSO..... 140

GRÁFICO 5 – RESULTADO DOS CASOS PREVIAMENTE JUDICIALIZADOS OU ALVO DE ARBITRAGEM NA SECEX CONSENSO 141

GRÁFICO 6 – VALORES EM DISCUSSÃO NA SECEX CONSENSO, POR SETOR DE INFRAESTRUTURA..... 142

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO..... 25

2

MUTABILIDADE E RENEGOCIAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO 31

2.1 Mutabilidade dos contratos de concessão, incompletude contratual e teoria dos contratos relacionais 34

2.1.1 A influência dos regimes regulatórios na matéria: regulação discricionária e regulação por contrato..... 41

2.1.2 Diferenças conceituais entre alterações unilaterais, reequilíbrio econômico-financeiro e alterações bilaterais/consensuais..... 45

2.1.3 Esclarecendo conceitos relevantes: negociação, reequilíbrio econômico-financeiro e relicitação..... 54

2.1.4 O que se entende por renegociação? Uma proposta de noção operativa 59

2.2 Por que importa o estudo das renegociações? influxos da análise econômica do direito: assimetria de informações, risco moral e risco institucional..... 67

3

A EXPERIÊNCIA EUROPEIA NA ALTERAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO: A DIRETIVA Nº 2014/23 DA UNIÃO EUROPEIA..... 81

3.1 Alteração nos contratos de concessão na união europeia..... 82

3.1.1 A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia antes da Diretiva nº 2014/23/UE..... 83

3.1.2 A experiência da Diretiva nº 2014/23/UE..... 87

3.1.3 O artigo 43 da Diretiva nº 2014/23/UE..... 94

3.1.4 A jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia após a Diretiva nº 2014/23/UE..... 108

3.2 O que o direito comunitário europeu pode contribuir para a discussão da renegociação de contratos de concessão no brasil..... 113

4

AS RENEGOCIAÇÕES DE CONTRATOS DE CONCESSÃO NO BRASIL: ESTUDO DE CASOS DE RENEGOCIAÇÕES REALIZADAS NA SECEX CONSENSO/TCU..... 129

4.1 Delimitação do objeto e metodologia de pesquisa adotada..... 135

4.2 Resultados alcançados: a secex consenso em números..... 137

4.3 Os casos concretos levados à apreciação do tcu..... 142

4.3.1 Setor rodoviário..... 143

4.3.1.1 Processo nº 033.777/2023-3 – BR-163/MS..... 144

4.3.1.2 Processo nº 033.444/2023-4 – BR-101/ES/BA..... 149

4.3.1.3 Processo nº 036.368/2023-7 – BR-101/RJ..... 152

4.3.1.4 Processo nº 018.326/2024-2 – BR-116/PR/SP..... 155

4.3.2 Setor aeroportuário: Processo nº 039.910/2023-7 – Aeroporto de Guarulhos..... 161

4.3.3 Setor ferroviário: Processo nº 018.646/2024-7 – Malha Sudeste..... 168

4.3.4 Setor de energia: Processo nº 006.253/2023-7 – Karpowership Brasil Energia..... 177

4.3.5 Setor de telecomunicação: Processo nº 020.662/2023-8 – Oi S.A. 181

4.4 Considerações sobre as soluções consensuais acordadas e os procedimentos de renegociação na corte de contas..... 184

5

CONDICIONAMENTOS JURÍDICOS PARA A REALIZAÇÃO DA RENEGOCIAÇÃO 193

5.1 Por que deve haver condicionamentos jurídicos à renegociação? 194

5.2 O caminho a ser percorrido até a renegociação: a legitimação pelo procedimento, com publicidade, impessoalidade e motivação adequadas 196

5.3 Elementos do aditivo de renegociação 202

5.3.1 Competência 205

5.3.2 Motivo 206

5.3.3 Forma 213

5.3.4 Objeto 216

5.3.5 Finalidade 227

5.4 Quando realizar a renegociação? 231

5.4.1 Como lidar com a discricionariedade administrativa? Existe um dever de (re)negociar? 232

5.4.2 A busca pela eficiência na gestão pública e a dificuldade de se aferir a vantajosidade 240

5.5 A processualização da atividade administrativa e a segurança jurídica: uma proposta de regulação do procedimento de renegociação 244

6

CONCLUSÃO 255

7

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 265